

CONCEPÇÕES E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS PERCALÇOS E OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Sílvia Adriana Rodrigues¹, Gilza Maria Zauhy Garms²

¹ Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas/Departamento de Educação - Três Lagoas-MS - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP de Presidente Prudente, onlysil@uol.com.br

² Professora Doutora da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP de Presidente Prudente/Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação - Presidente Prudente-SP, gilza@hotmail.com

Resumo- Sobrepujar o processo de avaliação compreendido de acordo com o modelo da prática classificatória da escola tradicional, nas instituições de educação infantil, gerada pela necessidade de (re)significá-la, impulsionou o desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa que, em síntese, teve como escopo refletir sobre questões subjacentes às práticas avaliativas em exercício nas instituições pré-escolares. Para tanto, o estudo foi realizado a partir de dados coletados em dois *locus*, a saber: numa instituição de educação infantil, a partir de aplicação de questionários e análise de material didático; e junto aos profissionais que atuam na educação infantil matriculados no Projeto Pedagogia Cidadã, a partir da aplicação de questionários. Os dados coletados em ambas instâncias apontam a aplicação da avaliação de maneira distorcida no que se refere à observação e acompanhamento da criança pequena, muito mais próxima do modelo aplicado no ensino fundamental do que da necessária especificidade da educação infantil.

Palavras-chave: avaliação, educação infantil, mediação.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

O tema da avaliação incluiu-se na discussão histórica quanto a uma concepção assistencialista ou educativa para o atendimento às crianças. A exigência de um processo formal de avaliação parece surgir, mais propriamente, como elemento de pressão das famílias da classe média por propostas verdadeiramente pedagógicas, para além do modelo de guarda e proteção do modelo assistencialista. A prática avaliativa surge então como um elemento de controle sobre a escola e sobre os professores, que se vêem com a tarefa de formalizar e comprovar o trabalho realizado via avaliação das crianças. Pressão que encontra nas diretrizes legais referentes a essa instância educativa, impeditivos para que a prática avaliativa não venha a incorrer em caráter de controle tais como decisões de aprovação e reprovação à semelhança do ensino regular.

Segundo Barbosa (2004), as práticas avaliativas nas escolas reproduzem os valores sociais, pautados numa cultura classificatória que separa maniqueisticamente os alunos numa forma de controle que produz seletividade e exclusão. Essa influência pode ser percebida, por exemplo, como aponta Hoffmann (1996), na prática de elaboração de fichas comportamentais classificatórias semestrais e alguns pareceres descritivos que encerram concepções

disciplinadoras, conceituosas e comparativas que ferem seriamente o respeito à infância.

É buscando opor-se à este cenário e denunciar as práticas que o caracterizam que desenvolveu-se o presente trabalho de pesquisa, que buscou, em linhas gerais, realizar um diagnóstico das tendências que têm permeado a prática avaliativa nas instituições de educação infantil no sentido de fomentar o debate acerca do assunto que se faz polêmico na atualidade e sobretudo quando se trata desta modalidade de ensino.

Materiais e métodos

Para diagnosticar a prática avaliativa presente na educação infantil, selecionamos uma amostra de 20% das instituições municipais de Presidente Prudente que oferecem esta modalidade de ensino, de um total de vinte, totalizando sete escolas e em cada uma delas foi escolhida uma sala. Com relação aos profissionais que estavam matriculados no Projeto Pedagogia Cidadã – pólo de Presidente Prudente-SP, todos os que atuavam na educação infantil receberam questionários, foram devolvidos 89 questionários devidamente respondidos.

Dentre as técnicas que se enquadram na modalidade qualitativa de pesquisa oferecidas pela metodologia científica, apontadas por Lakatos (1985), optamos pela pesquisa documental realizada através de repertório indireto: materiais

escritos provenientes de cada instituição selecionada via registros do desempenho das crianças, diários de classe, registro avaliativo dos alunos, segunda técnica utilizada foi a entrevista não-estruturada, utilizada para explorar mais amplamente a questão de interesse para o primeiro grupo investigado; para o segundo grupo, também os dados foram coletados via aplicação de questionários com perguntas abertas.

Resultados

A partir da análise dos dados coletados, à luz dos estudos teóricos realizados, foi possível destacar duas categorias para reflexão: avaliação do desenvolvimento infantil e as práticas de devolução da avaliação. Cabe salientar que neste momento nos deteremos apenas na primeira categoria.

No primeiro grupo de dados, todas as professoras citaram a observação como um procedimento avaliativo primordial para o pleno desenvolvimento da criança, sendo que em todas as escolas, são adotados cadernos de registro e diários de classe como instrumento de acompanhamento. Nos cadernos de registro, em seis escolas observadas, havia anotações individuais de cada aluno referente a comportamentos no período de adaptação (1^a. semana na escola) e também a descrição do desenvolvimento cognitivo e psicomotor da criança pontuando avanços e retrocessos de um bimestre à outro. Raramente eram apontados dados sobre o aspecto afetivo. Estes dois tipos de instrumentos avaliativos, não eram utilizados diariamente e sim, em determinados períodos (semanas, quinzenas) ou final de bimestres.

Para Bassedas (1999) e Barbosa (2004) estes são instrumentos utilizados pelos professores para observar as crianças, anotando as situações, as experiências e os diversos aspectos da caminhada do grupo, dos alunos individualmente e de seus processos tanto na aprendizagem quanto no âmbito relacional e de grupo. Instrumentos valiosos de reflexão sobre a prática, por conter o registro, a memória do trabalho realizado com a turma. Constitui também o ponto de referência para o planejamento e a avaliação do trabalho.

O que foi observado, quanto ao uso do diário é que na maioria das escolas atribui o nome de Planejamento ao diário, descrevendo apenas o conteúdo a ser trabalhado no dia. Pode-se afirmar que o diário de classe e/ou de aula apresenta um caráter totalmente descritivo, sem o acompanhamento e registro do educador de como a criança ou o grupo se comportou diante de uma atividade.

Tais avaliações diagnósticas foram verificadas em todas as Pré-escolas apresentando atividades de escrita e número muito semelhantes.

Diagnósticos e sondagens são o tipo de avaliação que Bassedas (1999) chama de avaliação inicial e que deve ser primordial para as escolas de Educação infantil. Neste tipo de avaliação é possível informar ao docente os conhecimentos prévios das crianças em relação aos conteúdos e planejar, programar e apresentar melhor a atividade ou unidade trabalhada.

Além da avaliação inicial, contém nas Propostas Pedagógicas, a avaliação formativa. Esta é realizada durante o processo de ensino-aprendizagem com o propósito de informar o resultado da aprendizagem durante o desenvolvimento das atividades escolares. E por fim, a avaliação somativa, que é realizada no final do ano visando avaliar o progresso do aluno em nível de conhecimento.

Concluindo, além da observação, dois instrumentos são comumente usados para o registro do desenvolvimento da criança, os cadernos de registro e diários de classe. Além destes, há a presença de sondagens, avaliações diagnósticas, formativas e somativas que vêm para completar o grupo dos instrumentos avaliativos utilizados na Pré-escola.

Com relação ao segundo grupo de dados também há um reconhecimento da importância da observação como procedimento de avaliação na educação infantil. Da mesma forma coincide a utilização de registros escritos sobre o desenvolvimento das crianças. No entanto, os protocolos de registro não apresentam a história singular de cada criança e sim alguns aspectos fragmentados do campo cognitivo e psicomotor, preconizados pela escola e sistema de ensino.

Dessa forma, se não há registro singular da história de cada criança, não há também uma avaliação mediadora. E, ainda, a criança não está sendo o centro do processo avaliativo, pois como já defendia Hoffmann (2000, p.84) "Perceber a criança como centro da ação avaliativa consiste em observá-la curiosamente e refletir sobre o significado da cada momento de convivência com ela".

Refletir sobre a criança observando-a diariamente e o acompanhamento da ação dessa criança deve vir seguido de observações e registros englobando todos os aspectos conjuntamente: campo afetivo, cognitivo e psicomotor. Estes três aspectos são indissociáveis no desenvolvimento infantil. Portanto não há como avaliar a criança em um só aspecto ou avaliar separadamente cada campo, no caso como ocorreu nos protocolos analisados, onde há uma forte ênfase na "escolarização precoce".

Discussão

Com relação a avaliação do desenvolvimento infantil é possível inferir que as professoras não

registram o desenvolvimento da criança diariamente, como descrito na forma com que eram feitas as anotações nos cadernos de registro em linhas anteriores: “... estas não eram registradas diariamente e sim, através de determinados períodos ou final de Bimestres”. Dessa forma, o educador está negando à criança o direito de acompanhamento do seu desenvolvimento porque registrar todo dia permite uma riqueza de detalhes e reflexões sobre a ação da criança, diferente do registrar em determinados períodos onde o professor terá que “puxar pela memória” e através de atividades o que a criança realizou em um dado momento. O cotidiano da criança não está sendo levado em conta.

As avaliações diagnósticas/sondagens, avaliação formativa e somativa são apontadas como primordiais da avaliação mediadora e as escolas se utilizam delas, porém, no momento em que estas avaliações deveriam estar sendo utilizadas com o intuito de proporcionar o desenvolvimento pleno da criança acompanhando-a em suas ações, nos seus aspectos cognitivos, psicomotores e afetivos, os professores utilizam-nas com a finalidade da obrigação de enviar dados para a Secretaria da Educação.

Refletir sobre a ação da criança observando-a diariamente é o que deveria ocorrer nas instituições infantis e o acompanhamento da ação dessa criança deve vir seguido de observações e registros englobando todos os aspectos conjuntamente: campo afetivo, cognitivo e psicomotor. Estes três campos são indissociáveis no desenvolvimento infantil. Portanto não há como avaliar a criança em um só aspecto ou avaliar separadamente cada campo, no caso como ocorreu nas escolas observadas. Avalia-se a criança no aspecto cognitivo, separado do psicomotor, e às vezes avalia-se no campo afetivo.

Um dado importante acerca da avaliação mediadora é que neste tipo de avaliação deve haver um direcionamento desta, pelo e para o professor e aluno, e só secundariamente, deve ser um “dado” para o sistema. Diante do exposto, o ideal é olhar para a avaliação pensando na contribuição que esta venha trazer, desenvolvendo assim, o potencial máximo de cada criança, para depois sim, pensar na junção dos dados para cumprir a exigência dos preenchimentos das fichas solicitada pela Secretaria da Educação.

Conclusões

Bassedas (1999) afirma que quando estabelecemos objetivos para a prática educativa, estamos sempre supondo que com a avaliação poderemos verificar em que medida estes objetivos foram alcançados. Nessa perspectiva a avaliação se traduz num elemento norteador da

prática presente e futura com vistas a auxiliar o desenvolvimento dos alunos.

Com essa proposição, estabelece-se a estreita relação que existe entre as finalidades da avaliação e seus objetivos. O que os dados apontaram? A maioria dos registros considera a avaliação ainda sob os moldes tradicionais. Tal inferência se justifica, pois há uma emissão de juízo, o objeto da avaliação é o aluno e por centrarem as educadoras o olhar avaliativo sobre as atitudes, os comportamentos e o rendimento de suas crianças.

Hoffmann (1999 e 2000) e Bassedas (1999), defendem a inserção da avaliação mediadora na educação infantil com caráter de acompanhamento do desenvolvimento, englobando reflexões permanentes da ação da criança em seu cotidiano. Nesta ótica, o professor assume o papel de mediador da ação da criança, investigando e compreendendo seu raciocínio e sempre a desafiando na construção do seu conhecimento. Dessa maneira se exigirá do educador o conhecimento das reações das crianças, percebendo suas tentativas, limites e possibilidades, planejando a ação pedagógica a partir dessas observações e reflexões.

Em contraposição à avaliação mediadora proposta pelas autoras, verificou-se que a maioria das instituições de educação infantil/professores pesquisados faz uso de modelos da prática classificatória da escola tradicional onde a prática avaliativa se reduz ao preenchimento de fichas ou listagens de comportamentos descritos ao final do semestre ou do ano letivo.

Ampliar o nosso campo de observação e considerar o aluno não isoladamente, mas também junto a outros aspectos: as situações de ensino-aprendizagem que se desenvolvem na aula, a nossa intervenção e a nossa atitude, o tipo de conteúdos ou as situações que priorizamos, bem como as situações e as relações dentro do grupo e na escola - é a meta proposta para uma avaliação mediadora.

Avaliar, no sentido regulador da prática supõe, sobretudo, uma atitude que conduz observar as crianças em diferentes situações e em circunstâncias variadas. Os usos dos instrumentos utilizados pelos professores observados ajudam a sistematizar essa atitude, porém não a substituem.

Sem dúvida é urgente fomentar propostas para analisar o significado da avaliação no contexto próprio da educação infantil, resgatando seus pressupostos básicos e evitando tenazmente seguir modelos da prática classificatória do ensino fundamental.

Didonet (2006), ao discutir a coerência entre avaliação e finalidades da educação infantil, afirma que o modelo de avaliação escolhido está estreitamente articulado com os objetivos que se quer alcançar, ou seja, que ser humano estamos

buscando formar a partir das práticas da educação infantil. Cabe então refletir com sobriedade sobre o caminho para atingir o objetivo que a Constituição Federal e outras normatizações legais instituem para a educação: o desenvolvimento integral da criança e a formação do cidadão.

Concebemos a aprendizagem como resultado de uma construção pessoal e coletiva, que resulta em compreender, manipular e reconstruir os objetos do mundo físico e social que cercam nossa curiosidade e as relações que as pessoas estabelecem entre si. Em contrapartida, alguns pensam que as crianças formam a mente recebendo instruções, memorizando e registrando-as num teste tudo o que foi comunicado como conteúdo de lições.

Podemos então inferir que as estratégias de avaliação utilizadas pelo professor têm um papel crucial, já que constituem fortes indicações do que os adultos esperam das crianças.

Assim sendo, como romper com o ideário pedagógico instaurado entre os educadores da educação infantil que assimilaram do ensino regular a concepção de que a avaliação é uma prática neutra ou descontextualizada, onde os professores determinam sentenças sobre os alunos sem perceber o seu comprometimento com os julgamentos proferidos?

Barbosa (2004) ao posicionar-se sobre o tema avaliação afirma que é possível romper, ainda que parcialmente com esta visão errônea de avaliação se ampliarmos nossa visão a respeito do processo ensino-aprendizagem e a postura e responsabilidade social do professor neste decurso.

Para tanto, a tarefa educativa precisa ser considerada um processo que necessita ser amplamente documentado e analisado. Isto porque, neste processo cada sujeito tem um percurso pessoal, e seu acompanhamento é a única forma de não valorizar apenas o produto final.

A rigor, o acompanhamento das aprendizagens e a avaliação na educação infantil como registra a autora, não pode prescindir de uma série de instrumentos que auxiliem a verificar como está a criança em suas múltiplas formas de ser, expressar-se, pensar. Dentre eles: a observação, os anedotários; diário de aula, o livro da vida da turma; as planilhas; entrevistas; debates; controle coletivo do trabalho; agenda escolar; auto-avaliação; análise das produções; conselho de classe e trabalhos de integração e de consolidação dos conhecimentos.

Após os registros, é preciso organizar e analisar as informações recolhidas. A apreciação qualitativa é a avaliação propriamente dita dos resultados alcançados, referindo-os às metas fixadas, realizadas pelos adultos ou pelos adultos juntamente com as crianças, por meio de

relatórios parciais ou dossiês das crianças e do grupo.

Utilizar novos instrumentos de coleta de dados ou re-significar aqueles com os quais já trabalhamos constitui um dos caminhos para superação de concepções avaliativas disciplinadoras, sentencivas e comparativas que ferem seriamente o respeito à infância.

A avaliação tem servido como instrumento de controle social, pois produz seletividade e exclusão. Podemos romper, ao menos parcialmente, com essa visão ao ampliarmos a compreensão acerca das concepções do processo pedagógico, do acompanhamento da aprendizagem e também ao repensarmos a ética e a responsabilidade social que temos com o avaliar, o ensinar e o aprender. (BARBOSA, 2004, p. 16)

Este é um dos caminhos necessários (embora não suficiente), para a construção da educação infantil que queremos...

Referências

BARBOSA, M. C. S. O Acompanhamento das aprendizagens e a avaliação. In: **Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: Artemed Editora, Ano II, n. 4, p. 16-19, abr/jul, 2004.

BASSEDAS, E. A Avaliação e a Observação. In: _____. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BECCHI, E.; BONDIOLI, A. (orgs). **Avaliando a pré-escola**: uma trajetória de formação de professoras. Campinas: Autores Associados, 2003. – (Coleção educação contemporânea).

DIDONET, V. Coerência entre avaliação a finalidades da educação infantil. In: **Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: Artemed Editora, ano IV, n. 10, mar/jun. 2006.

HOFFMAN, J. Avaliação na Pré-Escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. **Cadernos Educação Infantil**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996. v. 3.

_____. **Avaliação Mito & Desafio**: Uma perspectiva construtivista. 28 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.